

ELETRICIDADE: UM CAMINHO PARA A MODERNIDADE

ELIANE PIMENTA BRAGA ROSSI
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Introdução

O presente artigo é decorrente de um projeto de pesquisa, aprovado pelo CNPq, através do PIBIC, intitulado “Levantamento de fontes para a história da eletricidade em Uberlândia”, sob a orientação do Prof. Dr. Hermetes Reis Araújo.

Através deste projeto foi possível o inventário, contido nos jornais de circulação local e atas da Câmara Municipal, acompanhar o processo de fornecimento do serviço de prestação de iluminação pública e privada.

O período histórico delimitado para essa pesquisa situa-se entre os anos de 1909, data da criação da primeira usina produtora de energia elétrica do município de Uberlândia, MG, e o ano de 1973, quando ocorreu a estatização dos serviços de energia elétrica pelas Centrais Elétricas de Minas Gerais (CEMIG).

A eletricidade é objeto de destaque nos periódicos, assim como a discussão em torno de seu estabelecimento, o debate com a população e a disputa política travada entre os grupos hegemônicos em torno das possibilidades despertadas pelo incremento tecnológico.

O interesse em buscar nos artigos dos jornais de circulação local deveu-se pela possibilidade de acompanhar como que a sociedade relacionou-se e encampou tal inovação em seu cotidiano. Foi fator desencadeante de transformações urbanas significativas, implementadas no período juntamente com o saneamento, arruamento e pavimentação de ruas e avenidas, ajardinamento de praças, construção de edifícios públicos, alterando a composição da paisagem urbana, alargando o distanciamento entre campo e cidade.

Cabe ressaltar que os trechos citados foram transcritos respeitando a integridade linguística da época da publicação.

O caminho para a modernidade

Aliar no mesmo discurso a necessidade de incrementação técnica para se alcançar a modernidade não se constitui em novidade. A justificativa não é de todo desprezível.

De fato, através de inovações técnicas há um significativo salto de qualidade de vida dos habitantes com acesso às inovações. O interessante a ser questionado é como que a população interagiu e reelaborou suas práticas cotidianas frente às transformações que lhes foram impostas. Através dos artigos, editoriais, anúncios, cartas, avisos, balancetes da Prefeitura Municipal é possível acompanhar o processo de incorporação da nova dinâmica da cidade.

Através da leitura dos balancetes da Prefeitura, pode-se perceber como se dava a distribuição dos recursos e sua oscilação decorrente da necessidade ou não de ampliação dos serviços elétricos. Já os anúncios tratavam desde a abertura de lojas e oficinas de material elétrico, venda de eletrodomésticos, convocação de operários para serviços temporários, propaganda de fogão elétrico e toda a sorte de apetrechos e utensílios desconhecidos até então. De caráter mais apelativo que informativo, as maravilhas da tecnologia invadem o espaço privado dos cidadãos.

Os avisos passam por diferentes aspectos, desde pagamentos de juros por atraso no mesmo, convocação dos acionistas para assembléias extraordinárias ou para receber os dividendos gerados, aumento de impostos sobre a iluminação, cortes e diminuição do consumo de energia, delimitação de utensílios elétricos em cada residência, mudança na potência das lâmpadas e o valor a ser cobrado dos consumidores.

A maior percepção dos embates travados entre a população e a prestadora de serviços é visível principalmente pelos editoriais. Através destes, as questões prementes eram discutidas e a resposta da população frente às matérias, também publicadas através de cartas, davam a tônica em que âmbito se disputavam os interesses diversos.

De início, a expectativa despertada pela implementação do fornecimento de energia criou uma espécie de comoção por parte dos habitantes, relatada nos periódicos, no seguinte tom:

“...prosseguem activamente os serviços de instalação de força e luz eléctrica nesta cidade, tendo já chegado a maior parte dos materiaes necessários. Os postes de distribuição de luz estão sendo preparados em diversos pontos da cidade sendo todos de aroeira de grossura sufficiente a garantirem uma installação perpétua. O encarregado de dirigir os serviços, o Sr. Ribas, é incansável no cumprimento de seus deveres e procura fazer um serviço de ordem a garantir o bom funcionamento da luz. Sem olhar as despesas que os dignos empresários os senhores Carneiro & Irmãos não escasseam. Continuamos a affirmar porque assim o pensamos, que a installação eléctrica será o principal factor da grandeza e prosperidade de Uberabinhaⁱ, se capitalistas e industriaes aproveitando dos elementos de que dispõe o município, procurarem desenvolver as indústrias e incrementando e animando a lavoura, criarem assim uma vida própria independente do concurso de outros logares.ⁱⁱ

Inicialmente concebida em clima de euforia, a inauguração da iluminação pública no dia 25 de dezembro de 1909, sob o legítimo argumento da substituição da iluminação à querosene por questões de segurança, foi encampado pela população que vislumbrava a chegada do progresso acompanhado de suas facilidades tecnológicas.

“...o extraordinário melhoramento que se inaugura, precursor de outros benefícios que indubitavelmente se lhe seguirão, é motivo para que Uberabinha se esqueça por momentos de qualquer dissensão política ou partidária e todos unidos celebrem um acontecimento que vem abrir para todos uma nova era de prosperidade, criando novas fontes de renda, desenvolvendo e fazendo progredir este abençoado torraõ em que desejam, estaremos certos, ver transformado em um dos mais adeantados municípios do estado. Para isso só carecemos de união e iniciativa, o mais virá por si.”ⁱⁱⁱ

Este trecho dá a dimensão do discurso empregado pelos grupos hegemônicos locais a respeito da vocação progressista da cidade, forjando e justificando os encaminhamentos políticos em direção à suposta modernidade tão sonhada e almejada.

Em nome de tal vocação, justificou-se inclusive a implantação do serviço de energia elétrica, através de um processo de licitação que não respeitou os trâmites legais necessários. Como a divulgação não foi veiculada nos grandes centros (Rio de Janeiro e São Paulo), que atraíssem um número maior de empresas interessadas, que participassem do processo de licitação pública, numa concorrência equitativa, o que verificou-se foi o privilegiamento da empresa Carneiro & Irmãos, sendo esta alvo de constantes denúncias por parte dos jornais.

Como resolução ao impasse, a medida encontrada pelo poder local, foi o estabelecimento de um novo contrato que atendessem tanto os interesses dos empresários como os do poder público.

Dada esta conjuntura, a euforia inicial foi quebrada pelos abusos cometidos por parte da Companhia Prada frente às cobranças indevidas por serviços prestados sem a solicitação dos usuários.

Os valores cobrados em conta geraram na população uma indignação prolífica nos periódicos, provocando uma movimentação social contra a empresa. Dada esta situação, a população além de manifestar-se explicitamente pela imprensa, encontrou meios nem sempre lícitos de burlar os abusos cometidos. Data desta época a prática conhecida como “gato” e o não pagamento das contas de energia.

A resposta da prestadora foi uma grande campanha, de caráter ameaçador, de corte do fornecimento, multa e de processo judicial aos infratores.

O embate entre a população e a empresa prestadora foi amplamente divulgado e encampado pelo jornal “Progresso”. As reivindicações foram de tal ordem que cogitou-se uma intervenção federal.

“O povo vai solicitar ao governo uma rigorosa sindicância na Cia. Força e Luz Dia a dia, acentuam-se os desejos do povo, em saber de que maneira, ou a qual forma, porque a Cia Força e Luz de Uberlândia, satisfará as tremendas responsabilidades a lhe pezar nos ombros.

Os obsecados estrangeiros, acomodados à formidável renda extorquida impiedosamente de uma população obreira e resignada, teriam fatalmente sua queda do pedestal sobre bases corrompidas.

Chegou ao nosso conhecimento, que o povo vai solicitar que egregio Governo Federal, uma rigorosa sindicância, pela qual a Cia. Força e Luz de Uberlândia, célula-máter do Consórcio Prada, demonstre legitimidade da sua atuação perante as cláusulas contratuais...”^{iv}

Um fator muito interessante verificado nas leituras e transcrição dos artigos sobre a questão da eletricidade, através, principalmente, da campanha contra a empresa do Jornal “Progresso” é o tom xenófobo do discurso. Uma das alegações da empresa ser tão voraz em aumentar seus lucros de maneira abusiva, era o fato de ser uma concessão local de uma empresa estrangeira. Numa espécie de orgulho ferido pelo explorador “de fora”, mesmo que os concessionários locais fossem filhos da terra, é perceptível o tom ufanista das matérias.

Apesar de tantos conflitos de interesses, filtrados através dos periódicos, o que concretizou-se foi a aceitação por parte da população do incremento tecnológico da energia elétrica com todas as suas facilidades. Cogitava e especulava-se sobre os mais amplos aspectos, criticando a empresa prestadora, porém jamais cogitou-se a possibilidade de se abrir mão da energia elétrica.

Sentida além do âmbito privado, há também a ampliação do espaço de convivência e sociabilidade pública. A iluminação das vias públicas e dos centros de lazer proporcionaram o usufruto por parte das famílias o compartilhar de um espaço anteriormente restrito aos desocupados e marginalizados. Há de uma certa forma a “domesticação” do espaço boêmio. As famílias passam a poder frequentar as ruas à noite e às mocinhas a prática do *footing* noturno nas praças.

Independentemente da oposição modernidade-atraso, não se pode negar que a população recebeu muito positivamente a inovação da energia elétrica. Fez-se cumprir o discurso da vocação progressista da cidade e também, porque não dizer, da melhoria na qualidade de vida da população. Pelo menos da parcela que dispunha de recursos para manter o pagamento da conta em dia e de adquirir as maravilhas da tecnologia disponível.

NOTAS

ⁱ Uberabinha é o antigo nome da cidade de Uberlândia.

ⁱⁱ Nota retirada do jornal “Progresso”, n.11, de 25/04/1929, pag. 01. O trecho apresentado respeita integralmente o texto original.

ⁱⁱⁱ Jornal “Progresso”, de 19/12/1909, n. 116, pag. 01

^{iv} jornal “Progresso”, de 20/10/1940, n. 565, pag. 01

Referências bibliográficas

CANO, Wilson. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil. 1930-1970*. Rio de Janeiro: Global, 1985.

CHAUÍ, Marilena. *Conformismo e resistência*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

Energia elétrica no Brasil (da primeira lâmpada à ELETROBRÁS). Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1977.

FENELON, Dea R. “*Trabalho, cultura e história social: perspectivas de investigação*”. In: História e Historiografia. São Paulo: EDUC, 1985.

RODRIGUES, Jane de Fátima. “*História regional e local: problemas teóricos e práticos*”. In: Revista História & Perspectives, n. 16/17. Uberlândia: UFU, jan/dez 1997, pp 149-164.